



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA - COMPRAS**

**1 – DO OBJETO:**

Aquisição de sofás, poltronas, banquetas e mesa lateral para o Centro de Capacitação e Inovação deste TRE-ES.

**2 – DA FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO**

**2.1 – DA MOTIVAÇÃO / JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

Trata-se de aquisição de itens de mobiliário para utilização no Centro de Capacitação e Inovação deste Tribunal.

Os materiais são necessários para a implantação do projeto do referido Centro de Capacitação e Inovação, conforme estudos realizados por Comissão criada para a sua implantação, através do Ato nº 101/2024 – TRE-ES/PRE/DG/SGP/COPE/SRFF (Processo SEI nº 0001198-63.2024.6.08.8000).

**2.2 – DO OBJETIVO:**

Disponibilizar a infraestrutura necessária à implantação do Centro de Capacitação e Inovação deste Tribunal, em cumprimento à Meta CNJ 2024 nº 9.

**3 – DESCRIÇÃO E REQUISITOS DO OBJETO**

**3.1 – CARACTERÍSTICAS DO OBJETO:**

**3.1.1 – Especificações mínimas:**

**ITEM 1 - SOFÁ 03 LUGARES**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0456362**

Descrição do Material:

- Sofá de 3 lugares;
- Estrutura em madeira de reflorestamento;
- Assento fixo ou solto, repartido ao meio (2 assentos), em espuma densidade mínima D-33 Soft, com molas pocket (ensacadas);

- Encosto fixo ou solto, repartido ao meio (2 encostos), com enchimento de fibra de silicone ou em espuma com densidade mínima D-23 Soft, revestido com manta de silicone;
- Braços em espuma D-28 firme, com largura de 13 a 20 cm;
- Revestido em couro legítimo, na cor Waxy Tabaco.
- Pés de madeira;

Dimensões: Altura: 82 cm; Largura: 210 cm; Profundidade: 92 cm

- Variação Máxima Permitida: 5% para mais ou para menos nas dimensões;

**Garantia mínima do fabricante de 06 (seis) meses.**

**QUANTIDADE: 1 Unidade**

Imagem referencial do produto



## **ITEM 2 - POLTRONA EM MADEIRA**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0231345**

Descrição do Material:

- Poltrona em madeira;
- Estrutura em madeira maciça - Eucalipto ou Tauari, na cor castanho.
- Assento em espuma densidade mínima D-26 Soft;
- Encosto (contra-encosto) em madeira revestida em espuma e tecido.
- Encosto com almofada solta com enchimento de fibra de siliconada;
- Assento, encosto e almofada revestidos em tecido linho na cor bege escuro (similar à imagem), gramatura mínima de 270 g/m2.

- Suporta no mínimo 120 Kg;
- Detalhes em tiras de tecido, da mesma cor do estofado, nas laterais;
- DIMENSÕES:
- Altura: 77 a 86 cm
- Largura: 72 a 80 cm
- Profundidade: 70 a 74 cm

**Garantia mínima do fabricante de 90 (noventa) dias.**

**QUANTIDADE: 02 Unidades**

Imagem referencial do produto



### **ITEM 3 - SOFÁ DE 3 LUGARES COM DESIGN ORGÂNICO**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0607704**

Descrição do Material:

- Sofá de 3 lugares com design orgânico;
- Estrutura em madeira de reflorestamento tratada;
- Assento em espuma densidade mínima D-28 Soft, com manta de fibra ou silicone;

- Assento fixo com mola bonnel com percintas entrelaçadas;
- Encosto em almofadas soltas confeccionadas em fibra de silicone ou em espuma densidade mínima D-28 Soft, com manta de fibra;
- Chaise orgânica (ilha) do lado direito do móvel (esquerdo para quem olha de frente);
- Revestimento em tecido linho, repelente a água, cor Terracota, gramatura mínima de 270 g/m2.
- Fundo em TNT fixado por grampo metálico;
- Pés em madeira;

Dimensões:

- Largura total: 3,30 a 3,60 m;
- Profundidade total (sem a chaise): 0,86 a 0,91 m;
- Profundidade total (com a chaise): 1,38 a 1,52 m;

**Garantia mínima do fabricante de 90 (noventa) dias.**

**QUANTIDADE: 1 Unidade**

Imagem referencial do produto



#### **ITEM 4 - BANQUETA GIRATÓRIA**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0602653**

Descrição do Material:

- Estrutura de assento e encosto em madeira curvada;

- Estofado de assento e encosto revestido em poliuretano (corino) ou couro ecológico na cor preta
- Pés em madeira curvada;
- Assento giratório;
- Apoio para os pés em metal;
- Suporta no mínimo 100 Kg;

Dimensões:

- Altura total: 103 a 109 cm;
- Largura total: 51 a 54 cm;
- Profundidade total: 52 a 55 cm;
- Altura do assento até o chão: 74 a 77 cm;

**Garantia mínima do fabricante de 90 (noventa) dias.**

**QUANTIDADE: 02 Unidades**

Imagem referencial do produto



**ITEM 5 - MESA DE APOIO REDONDA**

**Código SIASG/CATMAT\*: BR0259105**

Descrição do material:

- Mesa de apoio tipo Tulipa Saarinen;
- Estrutura (base) em alumínio, com pintura automotiva na cor preta
- Tampo redondo, confeccionado em MDF, com acabamento Freijó;

Dimensões:

- Altura: 70 cm;
- Diâmetro: 60 cm;
- Variação Máxima Permitida: 10 mm para mais ou para menos nas dimensões.

**Garantia mínima do fabricante de 90 (noventa) dias.**

**QUANTIDADE: 1 Unidade**

Imagem referencial do produto



**\* ATENÇÃO: Ocorrendo divergência entre a descrição do produto constante no código SIASG (CATMAT) e no Termo de Referência, prevalecerá a descrição deste último.**

#### **4 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **4.1 – PRAZO DE ENTREGA:**

**4.1.1** – O prazo de entrega dos materiais será de **até 60 (sessenta)** dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do contrato.

#### **4.2 – LOCAL DE ENTREGA:**

**4.2.1** – A entrega do material será feita no TRE-ES, Seção de Almoxarifado e Patrimônio, Av. João Batista Parra, 575, CEP 29052-123, Praia do Suá, Vitória-ES;

**4.2.2** – O material deverá ser entregue em conformidade com as especificações constantes neste **Termo de Referência**, incluídos nos preços propostos todos os custos com materiais, **montagem**, mão-de-obra, transportes, carga e descarga, bem como todos os elementos que garantam a prestação do objeto dentro das exigências das normas, especificações e detalhes, remunerações e quaisquer outros encargos que incidam sobre a obrigação dessa prestação.

#### **4.3 - RECEBIMENTO DO OBJETO:**

**4.3.1 - Recebimento Provisório:** No ato da entrega os materiais serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação.

**4.3.2 - Recebimento Definitivo:** Para o recebimento definitivo, será avaliado se os materiais estão em conformidade com todos os requisitos definidos no Edital/Termo de Referência;

**4.3.2.1** - O recebimento definitivo dar-se-á em um prazo máximo de 5 dias úteis após o recebimento provisório, com o atesto do documento fiscal.

**4.3.3** - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

#### **4.4 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**a)** Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;

**b)** Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais, se cabíveis;

**c)** Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto.

#### **4.5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**a)** Receber/Retirar a nota de empenho no prazo 3 dias úteis. Havendo instrumento contratual, o mesmo deverá ser assinado digitalmente no prazo de 3 dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE-ES.

**b)** Entregar o produto no prazo estipulado no item 4.1, deste Termo de Referência;

**c)** Entregar o mesmo pelo preço final previsto na Ata da Sessão Pública;

**d)** Entregar o material no local indicado no item 4.2, sem que isso implique em acréscimo no preço constante da Ata da Sessão Pública. Após a entrega e instalação, o produto será conferido pelo setor competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, que atestará a sua regularidade.

d.1) constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-lo no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir do término do prazo máximo de entrega, estabelecido na letra “b” ou a partir da data do recebimento, pelo licitante vencedor, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, caso esta contagem seja mais favorável ao licitante vencedor.

d.2) retirar, no ato da substituição, ou em até 05 (cinco) dias úteis da ocorrência da mesma, mediante documento hábil a ser emitido pelo fornecedor, todo material que porventura tenha sido substituído, por estar em desacordo com a especificação prevista neste termo.

e) Entregar o produto com informações corretas, claras, precisas e em língua portuguesa sobre suas características, quantidade, composição e origem, em atendimento ao disposto no Código de Defesa do Consumidor, bem como, **atender às Normas pertinentes (ABNT, INMETRO e outras)**, observando as dimensões e demais especificações solicitadas neste termo;

f) Em se tratando de produto estrangeiro ou produto com tecnologia importada, deverá vir acompanhado de manual cujas especificações mínimas deverão estar traduzidas em língua portuguesa;

g) Providenciar a retirada de todo material não aceito pelo Contratante no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados automaticamente a partir da data do término do último prazo de entrega/substituição previsto neste instrumento, sob pena de caracterização de abandono, podendo, então, o material ser incorporado ao patrimônio deste TRE-ES;

h) A Nota Fiscal/Fatura apresentada por ocasião do pagamento deverá ser, OBRIGATORIAMENTE, emitida pelo mesmo estabelecimento habilitado no procedimento licitatório;

i) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

j) Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;

k) Substituir, em até 5 (cinco) dias úteis, o documento fiscal que relacione itens não aceitos, por estarem em desconformidade com o Edital, por outro que contenha apenas os aprovados.

## **5 - MODELO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

### **5.1 - FIXAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO:**

O objeto entregue deverá atender às especificações deste Termo de Referência.

### **5.2 - INDICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS MÍNIMOS DE TESTE E INSPEÇÃO:**

Não existem procedimentos mínimos de teste e inspeção previstos para a presente contratação. Devem ser seguidos somente os critérios do subitem 4.3, referente aos procedimentos para recebimento provisório e definitivo.

### **5.3 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**5.3.1** - O descumprimento do prazo para a retirada da Nota de Empenho (ou a recusa em aceitá-la), implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado e no impedimento de licitar e contratar com a UNIÃO pelo período de até 3(três) anos;



**5.3.2** - Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o contratado que descumprir as obrigações nele estipuladas, ficará sujeito às sanções estabelecidas, nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021 e, ainda, às seguintes penalidades:

Descumprimento	Percentual de multa diária	Limite de dias	Percentual total da multa	Valor de incidência da multa
a) Atraso de entrega	0,25%	20	5%	Objeto em atraso
b) Atraso na substituição	0,25%	20	5%	Objeto em atraso
c) Prazo excepcional de entrega ou substituição	0,25%	20	5%	Objeto em atraso
d) Inexecução total	----		30%	Objeto inexecutado
e) Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	----		0,5%	Total do contrato

Obs.: como substituição, deve ser entendida qualquer correção que se faça necessária no objeto entregue, antes de seu aceite definitivo, seja a troca de parte ou de todo o material/equipamento entregue, seja, conforme o caso, alguma correção que envolva apenas o serviço de montagem ou instalação que componha o objeto.

**5.3.3** - O atraso superior a 20 (vinte) dias, na entrega ou na substituição, caracterizará a inexecução total da obrigação.

**5.3.4** - Excepcionalmente, após esse prazo (5.3.3), e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o material poderá ser recebido, em uma única ocorrência (na entrega ou na substituição), no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se o contratado à aplicação de multa diária correspondente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), incidente sobre o valor do objeto, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 5% (cinco por cento).

**5.3.5** - A contagem do prazo estabelecido no subitem 5.3.3. inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto adjudicado, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pelo contratado, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do material.

**5.3.6** - A contagem do prazo estabelecido no subitem 5.3.4. inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido nos itens 4.5, "b", e 4.5, "d.1", caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

**5.3.7** - A solicitação de adiamento do prazo de entrega ou de substituição deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

**5.3.8.** Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida.

II - As peculiaridades do caso concreto.

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**5.3.9.** A aplicação das multas previstas não exime o contratado de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

**5.3.10.** Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ao adjudicatário ou cobrados judicialmente.

**5.3.11.** As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no CEIS.

**5.3.12.** A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicado/contratado, na forma da Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

**5.3.13.** Da aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento do processo.

**5.3.14.** No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**5.3.15.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **6 - PAGAMENTO**

### **6.1 - PRAZO DE PAGAMENTO:**

O objeto entregue pelo contratado será pago após a apresentação do respectivo documento fiscal, mediante depósito bancário em conta corrente. Não havendo nenhum fator impeditivo provocado pela contratada, a Contratante providenciará a emissão da ordem bancária até o 5º (quinto) dia útil após o atesto do documento fiscal pelo servidor ou equipe gestora responsável, obedecida a ordem cronológica prevista no Art. 141 da Lei Nº 14.133/2021.

### **6.2 - CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO:**

**6.2.1 -** O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere as retenções tributárias.

**6.2.2 -** O documento fiscal apresentado por ocasião do pagamento deverá ser, obrigatoriamente, emitido pelo mesmo estabelecimento habilitado no procedimento licitatório.

**6.2.3 -** Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

**6.2.4** - A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

**6.2.5** - A declaração de que trata o item anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

**6.2.6** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da fórmula  $EM = I \times N \times VP$ , na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$                        $I = 6/100/365$                        $I = 0,0001643$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

**7 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**7.1 - ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:**

**7.1.1** - O objeto da contratação será adjudicado à empresa que ofertar o MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM.

**7.2 - MARGEM DE PREFERÊNCIA:**

Não se aplica a atual contratação.

**8 - PREÇO ESTIMADO**

**8.1.** O preço estimado da contratação, conforme apuração registrada em documentos próprios pela Seção de Compras, é:

ITEM	VALOR UN. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	6.781,00	6.781,00
02	1.040,00	2.080,00

<b>03</b>	<b>9.068,11</b>	<b>9.068,11</b>
<b>04</b>	<b>635,00</b>	<b>1.270,00</b>
<b>05</b>	<b>1.312,75</b>	<b>1.312,75</b>

## **9 - DAS VEDAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**9.2.** Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

## **10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

SITUAÇÃO DO VALOR	Há disponibilidade orçamentária
PROGRAMA DE TRABALHO	02.122.0033.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado do Espírito Santo
PLANO ORÇAMENTÁRIO	0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa
NATUREZA DA DESPESA	449052 – Equipamentos e Material Permanente
SUBITEM DA DESPESA	42 - Mobiliário em geral
PLANO INTERNO	INV MOVEIS
VALOR:	R\$ 20.511,86 Conforme despacho Secom 1186690

## **11 – DA LEI Nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais)**

**11.1** - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**11.2** - Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

## **12 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**12.1** - Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio atesta estar ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas neste documento, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO DA ROCHA PADUA FILHO**,  
**Coordenador(a)**, em 05/07/2024, às 18:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1188095** e o código CRC **64514CB6**.